

“Viver pelo mundo trabalhando pros outros”¹: A trajetória itinerante do Quilombo Rincão dos Caixões

Maria do Carmo Moreira Aguiar *

Introdução

Este texto tem como objetivo acompanhar a trajetória itinerante dos grupos étnicos que, na atualidade, são considerados *remanescentes de quilombo*, refletindo como essas andarilhagens influenciaram em suas formas de se relacionar com o território atualmente ocupado. A comunidade pesquisada será o quilombo Rincão dos Caixões, localizado no Planalto médio do Rio Grande do Sul, que tem seu passado marcado por uma trajetória itinerante desencadeada pela desterritorialização, de várias famílias, ocorrida entre 1950 e 1960.

Como metodologia pretende-se utilizar fontes escritas e fontes orais, acreditando na importância da complementaridade desses dois corpos documentais e na riqueza de dados que o diálogo entre ambas pode proporcionar, ampliando com isso as possibilidades de elucidação do problema de pesquisa. Compreendemos que ambas não são opostas ou hierarquizadas, mas complementares. Desta forma, faremos o que Regina Weber (2008) denominou de “cruzamento de fontes”.²

O uso da narrativa oral se justifica pela forma como a história oral privilegia e ressalta a história dos excluídos, das minorias e dos marginalizados, destacando a importância das “memórias subterrâneas” que, sendo uma característica das culturas dominadas, emergem contrariando a “memória oficial”.³

* Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

¹ Trecho da entrevista concedida por Erocilda da Silva em 19 de abril de 2008 a Cristian Jobi Salaini e Vinicius Pereira de Oliveira.

² WEBER, Regina. *Fontes Cruzadas*. Núcleo de Pesquisa em História (NPH) UFRGS. 2008. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/nph/arquivos/Regina%20Weber%20-%20Fontes%20Cruzadas.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

³ POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n 3, p. 2-15, 1989. p. 2.

Para Alberti, a história oral “é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX”.⁴ Assim, a história oral não é a própria “História”, ela é uma fonte, e como fonte, precisa de interpretação e análise. Neste sentido Alberti afirma que:

O equívoco está em considerar que a entrevista publicada já é “História”, e não apenas uma fonte que, como todas as fontes, necessita de interpretação e análise. Em nome do próprio pluralismo, não se pode querer que uma única entrevista ou um grupo de entrevistas dêem conta de forma definitiva e completa do que aconteceu no passado.⁵

A autora afirma ainda que “a capacidade de a entrevista contradizer generalizações sobre o passado amplia, pois, a percepção histórica - e nesse sentido permite a ‘mudança de perspectiva’”.⁶ Assim, o testemunho oral nos permite esclarecer trajetórias individuais e grupais, acontecimentos ou processos que, em muitas vezes esquecidos pela “história oficial”, não tem outra forma de serem esclarecidos.

Com Peter Burke, entendemos que em geral os registros oficiais expressam o ponto de vista oficial. “Para reconstituir as atitudes de elementos marginalizados pela historiografia tradicional, tais registros necessitam ser suplementados por outro tipo de fonte”.⁷ Sendo assim, os depoimentos orais, usados como fonte, tornam-se uma importante porta de acesso ao passado das comunidades negras, cujos registros escritos são poucos ou inexistentes.

Torna-se importante ressaltar que essas memórias da escravidão e pós-emancipação foram passadas por várias gerações através da tradição Oral. Para Vansina, a “Oral traditions consist of all verbal testimonies which are reported statements concerning the past”.⁸ De acordo com Cruikshank, popularmente a “tradição oral” identifica um conjunto de “bens materiais preservados do passado” ou o “processo pelo qual a informação é transmitida de uma geração à seguinte”.⁹ (Assim, a “tradição oral” seria o conjunto de todos os testemunhos orais que versam sobre o passado. E através da tradição oral o presente liga-se ao passado.

⁴ ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: Pinsky, Carla (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo, Contexto, p.155-202, 2005. p. 155.

⁵ ALBERTI, 2005, p.158.

⁶ ALBERTI, 2005, p.166.

⁷ SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. Ed. Unesp, São Paulo, 1992. p.13.,

⁸ VANSINA, Jan. *Oral Tradition: a study in historical methodology*. London: Penguin Books, 1965. p.19.

⁹ CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: FERREIRA, Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral* Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getulio Vargas, p. 149-164, 1998. p.151.

Como fontes escritas, utilizaremos alguns inventários *post-mortem* datados a partir de 1871 da região de Cruz Alta¹⁰, custodiadas pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERES), localizado em Porto Alegre. Serão utilizados testamentos que constem atos de doações de terra aos escravos pelos Senhores. Esta inserção nos arquivos faz-se necessário, não para legitimar a memória do grupo acerca da doação feita por Pedro Simão, um proprietário de terras, aos seus ex-escravos, que são ancestrais dos quilombolas do Sítio Novo/Linha Fão e de Rincão dos Caixões, mas para evidenciar que essas doações não eram incomuns.

Assim, fundos documentais como os inventários são um exemplo de documentação que permite, não só evidenciar as doações de terras a escravos, como também reconstituir a antiguidade e importância da presença negra na região em questão. Desta forma, buscaremos em inventários e Testamentos resquícios de doações de terra a ex-escravos e seus processos de territorialização. Como Bloch¹¹, entendemos que os documentos são vestígios, e “mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes não falam senão quando sabemos interrogá-los”.¹² Assim, utilizaremos “um conhecimento através de pistas”, recorrendo a procedimentos de reconstrução. Conforme o autor, compreendemos que o conhecimento histórico é “indireto”, e que a “pesquisa histórica cruza seu caminho com a via régia da teoria das probabilidades”,¹³ desta forma, o conhecimento histórico é conjectural.

Evidenciamos, mais uma vez, nossa preocupação em apreender indícios, sinais contidos nas fontes. Acreditamos que uma investigação minuciosa das fontes, a procura de detalhes faz emergir respostas que passariam imperceptíveis para a maioria. Fazer o documento falar, ler nas entrelinhas, às avessas, contra as intenções de quem os produziu, e levando em conta as relações de força ali implícitas, “possibilita captar o que está fora do texto”,¹⁴ o não dito. A comunidade pesquisa será Rincão dos Caixões, localizada em Jacuízinho/RS.

Quilombo Rincão dos Caixões: Tecendo Trajetórias

Situado no Planalto Médio do Rio Grande do Sul, em meio a extensas plantações de soja, que rendem uma paisagem interminável, numa área íngreme e

¹⁰ Os municípios nos quais estão localizadas as áreas quilombolas aqui referidas – Rincão dos Caixões, Linha Fão/Sítio Novo e Julio Borges, anteriormente faziam parte de Cruz Alta e de seus desmembramentos administrativos, que resultaram nos municípios de Passo Fundo e Soledade.

¹¹ BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 79.

¹² BLOCH, 1997. p. 79.

¹³ BLOCH, 1997, p.117.

¹⁴ GINZBURG, Carlo. *Relações de Força*. História, retórica e prova. São Paulo: Cia das Letras, 2002. p. 42.

pedregosa, uma “borda”¹⁵ de terra encontra-se a comunidade remanescente de quilombo Rincão dos Caixões, no qual convivem cerca de 10 famílias¹⁶. O que nos salta aos olhos ao imprimir o primeiro olhar sobre este quilombo é o não cercamento das casas. Nesta comunidade as plantações de milho, mandioca e amendoim, se espalham pela área que, como dito anteriormente, não possuem cercamentos. O plantio e colheita são realizados entre um trabalho e outro, uma vez que boa parte destas famílias não conseguem tirar da terra o necessário para a sobrevivência. A renda se completa com trabalhos sazonais nas lavouras de soja do entorno ou em pedreiras, reproduzindo os modelos de exclusão social da região. Assim, tanto o plantio quanto a colheita em suas roças, baseia-se na união e coletividade do grupo.

É importante lembrar que estamos lidando com um modelo peculiar de apropriação do espaço. O “não-cercamento” das casas, as formas de cultivo somadas às formas particulares de trabalho compartilhadas pelo grupo aproximam este universo empírico àquilo que Almeida nomeou de “terras de preto”¹⁷. As pequenas moradias distribuídas pelo território do quilombo possuem como um dos elementos agregadores de sua cultura o cultivo de ervas e as hortas. As ervas cultivadas pelas famílias, os chás com propriedades curativas, e o fato de Erocilda da Silva, matriarca desta família, ter sido uma requisitada parteira são algumas das inúmeras práticas culturais cotidianas desenvolvidas pelo grupo.

Cabe evidenciar, que estas práticas não podem ser pensadas de forma isolada ou como característica apenas deste grupo. A reprodução do grupo e de sua cultura são indissociáveis, portanto, “não se podem isolar práticas culturais (como a benzedura e a utilização de chás, por exemplo) e analisar o grau de difusão como comprovativo da especificidade ou não do grupo”.¹⁸ Não se comprova a peculiaridade do grupo através da análise do grau de difusão de suas práticas cotidianas. “É no modo como as práticas se integram no todo do sistema de reciprocidade territorialmente fundado que a especificidade se manifesta”.¹⁹ Assim, o que está em jogo, não é o grau de difusão de tais práticas, ou a tentativa que acarretaria no erro de

¹⁵ “borda” e “recheio” esses são os termos utilizado pelos quilombolas para caracterizar a terra, na qual “borda” seria a terra pouco fértil, ou de segunda mão e o “recheio” da terra as áreas mais produtivas.

¹⁶ Este número de famílias foi verificado em 2008.

¹⁷ *Terras de Preto* são terras doadas, entregues ou adquiridas por comunidades negras após a abolição e na desagregação do latifúndio, ou extensões que permaneceram em isolamento relativo, mantendo regras de direito consuetudinário com apropriação comum dos recursos (ALMEIDA, 1988). Para maior aprofundamento desta temática ver ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Terras de preto, terras de santo e terras de índio: posse comunal e conflito. *Revista Humanidades*, Brasília, UnB, N° 15, 1988, p. 42-48.

¹⁸ ANJOS, José Carlos Gomes dos; et. Al. “As condições de raridade das comunidades quilombolas urbanas”. In: Ivaldo Gehlen; Marta Borba Silva; Simone Ritta dos Santos. (Org.). *Diversidade e Proteção Social: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre: afro-brasileiros; crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas; remanescentes de quilombos*. 1 ed. Porto Alegre: Centhury, p. 167-178, 2008. p. 176.

¹⁹ ANJOS, 2008, p.176.

enquadrá-las como características apenas dos quilombolas, mas sim, perceber que é a singularidade da utilização delas pelo grupo, a forma diferenciada com que tais práticas se corporificam em sua cultura que os distingue do entorno.

A matriarca da família, Erocilda dos Santos, é oriunda de outra comunidade negra o Sítio/Linha Fão localizada em Arroio do Tigre/ RS. A história da comunidade do Sítio/Linha Fão se entrelaça com a história agrária do Rio Grande do Sul. Em um período posterior a abolição da escravidão, de acordo com relatos dos membros das duas comunidades, Pedro Simão, cujos ancestrais de Erocilda dos Santos haviam sido escravos, teria doado uma parcela de suas terras para essa família negra.

Não podemos precisar a intenção de Pedro Simão no ato da doação, porém cabe lembrar que no período final do regime escravista, não era incomum, ocorrerem doações de terras a escravos e ex-escravos, ou que os mesmos recebessem permissão para ocupar alguma parcela de terra de seus senhores. Os escravos e ex-escravos também poderiam, com a morte do senhor, herdar parcelas de terra junto com outros bens. Doações de terras ou sua venda a preços irrisórios para os libertos foi uma estratégia utilizada pelos senhores para ascender moralmente sobre seus escravos e criar um corpo de dependentes, sobretudo em momentos finais da escravidão cujo temor era de uma possível falta de trabalhadores desencadeada pela crise do sistema escravista.²⁰ Para os negros, o que estava em jogo, era a utilização desses laços para melhorar a sua própria situação, possuir ligações com os grandes proprietários poderia ser uma importante porta de acesso para a realização do projeto camponês de estabilidade e roça.²¹

Para exemplificar, no ano de 1874, Joaquim Roberto Martins e sua esposa Anna Emilia de Quadros²² declararam, em Testamento, todos os seus escravos libertos. O casal deixou ainda para auxílio dos mesmos, após a morte deles e de seu filho, a casa de residiam e o campo onde ela se localizava. Em 1878 Ignacio Luiz de Oliveira²³ declara em seu Testamento ser casado e que após a morte do último dos cônjuges todos seus escravos seriam tidos como libertos. Ignacio afirma ainda que para os referidos escravos ele deixaria suas terras de plantação. Porém, no decorrer do Testamento ele condiciona o gozo da liberdade e a doação de terra somente para aqueles de bom comportamento.

²⁰ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

²¹ MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria L. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

²² APERS, Testamentos, Passo Fundo, Provedoria, Maço 2, Auto 57.

²³ APERS, Testamentos, Cruz Alta, Provedoria, Maço 4, número 122.

Cabe lembrar que a prática de conceder pequenos lotes ou áreas nas extremidades da propriedade para que agregados estabelecessem “postos”, recorrente durante a escravidão e em períodos posteriores, também consistia em um mecanismo de defesa das áreas limítrofes da fazenda, além de fornecimento de mão de obra barata e alimentos.²⁴

No Planalto rio-grandense no qual as duas comunidades fazem parte, em finais do século XIX a agricultura recebeu um significativo impulso. A construção da ferrovia possibilitando o acesso a importantes mercados agrícolas do sul, aliado a extensas áreas devolutas, ou postas à venda por preços irrisórios atraiu para região imigrantes estrangeiros e agricultores provenientes de outras partes do Estado. Com a expansão agrícola e a mercantilização da terra, os lavradores pobres, que no mais das vezes não possuíam o título da terra que ocupavam, sofriam investidas constantes de poderosos do entorno que viam no arremate do território, seja na forma da compra ou expropriação uma forma de aumentar ainda mais os seus domínios.²⁵ O assédio em torno dos ocupantes sem título também poderia provir das empresas responsáveis pela acomodação dos imigrantes. Como aponta esta notificação publicada nos jornais de Cruz Alta por uma empresa de colonização:

Aos interessados e residentes no 4º distrito. O abaixo assinado a fim de evitar qualquer desavença e para que não se chamem à ignorância, previne e declara a todos os seus confinantes, proprietários e agregados das posses da Serra do 4º distrito deste município, que por compra a diversos fez aquisição, cujos posses está dividindo em colônias e derrubando matos para grandes plantações, para que até o fim do mês de Dezembro futuro façam retirar todos os gados de sua criação e costeiro; e os que não fizeram dentro do referido prazo, ficarão sujeitos verem ditos animais serem remetidos à Intendência municipal para serem arrematados em, hasta pública, conforme a lei. / Aos mesmos Snrs. que em ditas posses que já tenham feito suas plantações, será-lhes concedido o direito da colheita e os que o fizeram sem sua concessão perderão o direito às referidas colheitas. / E para que chegue ao conhecimento de todos, mandei publicar o presente pela imprensa. Cruz Alta, 25 de Novembro de 1899. Carlos Dhein²⁶. (grifos nossos)

Assim, situantes sem títulos, considerados “intrusos” pelas empresas de colonização, eram convidados através de notificações a deixarem suas posses. Na

²⁴ ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997. p. 169.

²⁵ ZARTH, 1997, p.115.

²⁶ Ofício n. 43 de Augusto Pestana, em 14 de fevereiro de 1900. Diretoria de Obras Públicas, Terras e Colonização- Comissão de Verificação de Posses e Discriminação de Terras Públicas- Ijuí, Maço 86, Caixa 42. Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. AHRS apud NEUMANN, Rosane Marcia. A colonização do Planalto gaúcho por empresas privadas. *Histórica*. Revista on line do arquivo público de São Paulo. São Paulo, ano 2, n, 17, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao17/materia03>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

notificação acima transcrita transparece a intimidação a que esses ocupantes sem títulos estavam expostos, e também o processo de expansão agrícola pela qual não só Cruz Alta, mas a região do Planalto Médio como um todo estava passando.

Se ao tomarmos conhecimento da história agrária do Planalto do Rio Grande do Sul ocorrida no século XIX, cruzarmos com as trajetórias das famílias negras em questão, percebemos que, apesar da mudança de século, há algumas permanências. No decorrer da primeira metade do século XX o Planalto continuou a ser palco de lutas, usurações territoriais e do crescente afastamento da posse da terra pelas famílias de lavradores pobres. Algumas das famílias descendentes de ex-escravos residentes na comunidade Sítio Novo/Linha Fão experimentaram de coerções e violência à expropriação territorial comum, principalmente a partir da segunda metade do século XX, meados de 1950.

A memória comum do grupo aponta Elibio Heringer, fazendeiro conhecido na região como Libinho, o principal responsável pelo processo de expropriação sofrido por esta coletividade. Elibio inicia um processo expulsão ou de compra de terras através da intimidação pagando pelo território latas de querosene, banha ou então alguns metros de tecidos. Como aponta os relatos de Etuino da Silva e Valetim Fernandes, ambos residentes no quilombo Rincão dos Caixões.²⁷

Etuino²⁸: Tava em cima. Daí eles fizeram aquele documento lá e daí nem falaram nada pro finado meu pai, começaram a meter os bois lá e largaram a plantar trigo e daí tudo armado, né, naquela época não tinha muita lei e aí, [referindo-se ao seu pai] “vou lá no Libinho e vou vender essa terra pro Libinho”, par não dá morte aí por causa da terra, daí ele foi lá no Libinho (?) pra não dá de graça, foi quando o Libinho deu uma lata de querosene, deu uma lata de banha, (...)

O relato de Valentin Fernandes, também de direciona para coações

Valentin²⁹: (...) Daí foram vendendo, daí venderam a parte deles [referindo-se aos seus pais] e daí foram vendendo pra não perder tudo, pra dívida não sair tudo...

E2: Como se fosse um dinheirão! Era um saco de farinha [referindo-se ao que os pais de Valentin ganharam pela venda] eu me lembro que ela pegou

²⁷ Cabe lembrar que tanto Etuino e Valentin cujos pais foram expulsos da área do Sítio Novo Linha Fão se territorializaram no quilombo de Rincão dos Caixões que teve sua conformação a partir da doação da área a Erocilda Fernandes Também oriunda do Sítio Novo Linha Fão.

²⁸ Trecho da entrevista concedida por Etuino da Silva em 21 de abril de 2008 a Maria do Carmo Aguilar integrante da equipe de pesquisa que produziu o relatório sócio-histórico antropológico do quilombo Rincão dos Caixões.

²⁹ Trecho da entrevista concedida por Valentin Fernandes em 21 de abril de 2008 a Maria do Carmo Aguilar.

um saco de farinha, uma fazenda de roupa, eu me lembro que esse aí ganhou uma blusa verde, e a finada mãe dele morava com nós e ganhou uma fazenda pra fazer um vestido

Com a diminuição da área do Sítio/Linha Fão, diversas famílias se veem forçadas a deixar o território e migrar em busca de melhores condições de vida. A perda de parte do território pela terceira geração, ou seja, os netos do casal João Leocádio e Josefina, que foram os primeiros moradores da comunidade Sítio Novo/Linha Fão, teve um triplo impacto, eles não só tiveram que se submeter a instáveis relações de trabalho do campo, como também perderam uma fonte de gêneros alimentícios de subsistência e comprometeram a transmissão de herança dessas pequenas propriedades para os seus descendentes.

Esta perda de parte do território desencadeou um período de itinerância que perdurou até meados de 1960, assim famílias negras descendentes de escravos passaram a se deslocar constantemente formando uma massa de trabalhadores sazonais, dando início a um período de extrema mobilidade, violência e privações, esse deslocar-se contínuo se aproxima do que Mattos e Rios chamaram de *campesinato negro itinerante*³⁰. Estas mudanças contínuas, devido à expulsão do território, permeiam quase todo relato de Etuino da Silva Fernandes que considera o período de itinerância como um tempo difícil “Mas era miséria mesmo (...) era braba a coisa”. Na memória de boa parte do grupo essas andarilhagens são sinônimos de luta pela sobrevivência e superação de privações. Neste processo de expropriações, que incluiu boa parte do grupo, os deslocamentos foram a alternativa encontrada pelas famílias para tentar se restabelecer frente à sociedade. Talvez a mais sofrida das alternativas ao alcance dos descendentes da última geração de escravos. O “andar aqui e ali”, como eles dizem, era sempre no sentido de buscar melhorias nas condições de vida.

³⁰ MATTOS; RIOS, 2005, p. 181. Mattos e Rios em estudo sobre a vida da última geração de libertos que viveram na região sudeste do Brasil informam que no período pós-abolição foi concluída a legislação que dificultou o acesso à terra pelos recém libertos. Taxas territoriais foram criadas e o Estado passou a demarcar as terras devolutas, os situantes sem título de propriedade foram considerados ilegítimos, dando início ao processo de expropriação de terras que foram adquiridas, em muitas ocasiões, através da compra informal. A partir da década de 1890, e após a Lei de Terras, a venda informal desapareceu e os impostos territoriais comprometeram a herança das pequenas propriedades. Com a perda do título das terras, famílias de ex-escravos passaram a se deslocar constantemente formando uma massa de trabalhadores sazonais, dando início a um período de extrema mobilidade, violência e privações. “Para as famílias, uma trajetória vivida em casas precárias, emprestadas ou construídas por elas, na qual habitariam por um período limitado de tempo. Algumas vezes este período foi tão curto, que não puderam nem mesmo colher os frutos do que haviam plantado em suas roças” A essa massa migratória, Rios deu o nome de *campesinato itinerante*. (MATTOS; RIOS, 2005, p.182). Para Rios apesar da contradição de termos, *campesinato itinerante* foi a única expressão que conseguiu resumir a forma de vida encontrada por aqueles que, apesar da extrema mobilidade tentavam de inúmeras formas se fixar, realizando com isso o desejo de estabilidade e roça (MATTOS; RIOS, 2005, p. 252)

Neste contexto de extrema mobilidade, as relações de trabalho, através de contratos de parceria, tornam-se uma importante porta de acesso para a realização do projeto camponês de estabilidade e roça.³¹ Para esta camada errante, o acesso a um lote de terra poderia garantir maiores alternativas de subsistência. Ainda que grande parte deles tivesse que prestar serviços nas fazendas, ter acesso a terra poderia significar a possibilidade de melhora na alimentação com o cultivo de gêneros alimentares e também a venda de excedentes. Porém, as relações de trabalho que se estabeleciam no campo, eram relações de poder procedentes de um tecido social assentado em bases hierárquicas, em detrimento de outro segmento social despossuído de terra e direitos. O relato de Erocilda³² revela as relações de trabalho que se estabeleciam no campo, em muitas vezes, procedentes de sua condição itinerante. São narrativas de arbitrariedades e armadilhas de aprisionamento do trabalho imposta as famílias negras.

Eu sei o que foi o sacrifício na minha vida e viver pelo mundo trabalhando pros outros e dando lucro pros outros, trabalhando de porcentagem e agregado dos outros, enquanto... (...) eu trabalhava direto pros outros, pra dá renda pros outros, não pra mim, colhia três sacos de feijão e tinha que dá dois pro patrão e ficar com um e às vezes passavam e mão e me davam, naquele tempo usavam muito vestido, me davam um vestido e o resto ficavam (grifos nossos).

Um constante deslocar-se, privações, remunerações insuficientes ou inexistentes, na qual esta camada itinerante estava exposta são evidenciadas no relato de Etuíno³³:

E, de lá do Sítio nós fomos morar na Tabajara, daí a gente mudou bastante, aqui, ali.(...) Ia trabalhando, ia trabalhando. (...) Mas Deus o livre, hoje em dia essa criançada tem mordomia, sabe, antes, no tempo que a gente foi criado, [período de itinerância] andava de pé no chão e tinha que ir pra lavoura, amanhecer, de “pezito” no chão e tinha que ir, né. (...). Antes era braba a coisa... Tinha que ir lá, a gente plantava aqueles batatal, nós comia tudo, aí terminava, nós pegava a enxada e virava tudo pra ver tinha uma coisa pra nós comer (...). É! Mas era miséria mesmo.

Mattos e Rios afirmam que a história do campesinato itinerante “está repleta de situações de conflitos e acordos girando em torno da fixação e do rompimento dos contratos verbais”.³⁴ Rompimentos em muitas vezes de forma violenta por parte dos proprietários das fazendas onde essas famílias tentavam se fixar. No Rio Grande do

³¹ MATTOS; E RIOS, 2005.

³² Trecho da entrevista concedida por Erocilda da Silva em 19 de abril de 2008 a Cristian Jobi Salaini e Vinicius Pereira de Oliveira.

³³ Trecho da entrevista concedida por Etuíno da Silva em 21 de abril de 2008 a Maria do Carmo Aguilar

³⁴ MATTOS; RIOS, 2005, p. 250.

Sul, para o grupo em questão, essa lógica contratual verbal e em muitas vezes instável parece ser a mesma, as lembranças de rompimento dos contratos de forma violenta permeiam a memória desta coletividade. Ao acessar os fragmentos de memória de Régis Fiúza doador do território que hoje se localiza a comunidade de Rincão dos Caixões, aclara a fragilidade dos contratos verbais, e as inúmeras situações de violência a que este campesinato estava exposto.

Régis Fiúza³⁵: Eu ouvi os gritos, (...) se não me falha a memória, e era quase meio-dia, eu já tava indo embora, que tinha ido dar sal para o gado e eu ouvi lá em baixo, no Rio Caixão, um choro: “Ai, ai, ai. Ai, socorro! Que barbaridade!”. E aquilo veio vindo e veio vindo e eu: “Mas o que é isso!”, eu me assustei. Como isso aí? É dentro da minha propriedade eu vou ver, aí quando... Escorei o cavalo, fui, vi um casal com os filhos e grávida ainda e com outro no colo, amamentando, aí eu digo: “Mas o que houve?”. “Meu compadre, mas o que é isso comadre?”, “Não, o outro fazendeiro, o dono da terra tocou nós, surrou e agora que na época da colheita, é que nós teríamos que colher, ele surrou, espancou nós e colocou nós porta fora de lá e tocou e nós não temos pra onde ir”.

Neste relato “ele surrou, espancou nós” desenha-se claramente uma situação em que o espancamento infligido a Erocilda e seu marido se assemelha com os castigos físicos experimentados por seus avôs no cativeiro. Assim, são recorrentes as narrativas que, a partir de arbitrariedades e de um ritmo fatigante de trabalho, associam a trajetória itinerante dessa camada da população negra com um modo de vida que se assemelha ao experimentado por seus ancestrais no cativeiro, ainda que o período vivenciado por este grupo fosse posterior a abolição da escravidão. Como aponta o relato de Gino³⁶:

Cristian: E tu lembra, de alguma história que talvez a D. Erocilda ou das pessoas lá Sítio falavam da época da escravidão? Gino: Não. Daquela época ali nós era tudo pequeno, às vezes contavam, Deus o livre... O meu pai, a mãe contava, no tempo que eles moravam lá ele trabalhavam... por, um quilo de banha por dia, trabalhar de cedo até escurecer por causa de um quilo de banha, isso aí é pior que escravidão, não tem, né (...). Não, eu não vou dizer que na época ali, emprego era mais difícil, né, que nem a nossa raça, eu já digo a nossa raça, no caso, era mais difícil, que era o tempo, bem dizer, dos escravos que trabalhavam... O meu pai, eu me lembro que trabalhava um dia pro um quilo de banha, um quilo de banha... Um quilo de banha, o que dá um quilo de banha aí pro... Pros outros, pra tratar 5, 6.

³⁵ Trecho da entrevista concedida por Régis Fiúza em 13 de maio de 2008 a Cristian Jobi Salaini e Vinicius Pereira de Oliveira.

³⁶ Trecho da entrevista concedida por Gino dos Santos, em 26 de abril de 2008, a Cristian Jobi Salaini, com presença de Erocilda dos Santos e Querli dos Santos.

Com base no que vivenciaram ou a partir dos relatos de seus pais ou avós, esse campesinato negro caracteriza o trabalho decorrente da situação itinerante ainda como “escravo”. A continuação de mecanismos de exclusão do negro, aliados a impossibilidade de acesso a terra, somadas com o predomínio de relações de trabalho instáveis, precárias e no mais das vezes violentas, faz com que a condição de “escravo”, na memória desta comunidade, não se restrinja ao período que vigorou institucionalmente a escravidão. “Ser escravo” perpassa o cativo e acompanha essa camada da população negra, modificando-se somente após sua territorialização. Cabe mencionar que há na memória do grupo categorias que integram diferentes temporalidades vividas no território. Assim, a categoria “escravo” ou o “ser escravo”, narrado pela matriarca da comunidade, é utilizado para explicar sua chegada no território, é atualizado e utilizado para caracterizar, em tempos posteriores, as condições de trabalho impostas a essa comunidade.

Nestes percursos errantes uma casa de tijolos, aspiração de muitas famílias, estava distante do alcance. As famílias itinerantes em grande maioria viviam acampadas, há na memória do grupo diversos relatos sobre as habitações em épocas de andarilhagens, “taipas” casa de “pau a pique”, porém, o relato mais contundente é o de Erocilda, que não menciona a palavra casa, mas sim abrigo. Há na memória comum categorias que integram diferentes temporalidades vividas pelo grupo. Para Erocilda a categoria “casa”, será utilizada para caracterizar um tempo de melhora da condição de vida do grupo, e em contrapartida a palavra “abrigo” será utilizada por ela para caracterizar o tempo e as condições precárias vivenciadas pela sua família devido a condição itinerante.

Erocilda³⁷: (...) não tinha uma tábua pra botar, dizer, encostar num pau pra atacar o sereno, deles, não tinha nada... A mãe do João Carlos me ajudou muito, é morta, coitada, D. Armerinda, ela me dava tábua todos os dias eu trazia uma tábua de 12, sabe, né, 12 metros, de 12, compadre, assim. Todos os dias eu trazia nas costas da largura desse... Assim, eu trazia aquela tabua comprida nas costas e fui juntando, juntando pra fazer um abrigo pros meus filhos. (...) (grifos nossos)

Cabe aqui evidenciar que o deslocamento forçado leva consigo privações e violências que nos possibilita pensar nesta comunidade como itinerante. Por outro lado essa mobilidade, a busca pelo território, a vida em coletividade, solidariedade étnica, sentimentos de pertencimento tão necessárias para sobrevivência desta camada da população negra criou formas diferenciadas de percepção do mundo, como aponta Gilroy:

³⁷ Trecho da entrevista concedida por Erocilda da Silva em 19 de abril de 2008 a Cristian Jobi Salaini e Vinicius Pereira de Oliveira.

O que era inicialmente sentido como maldição - a ausência do lar ou exílio forçado - é reapropriado. Torna-se afirmado e é reconstruído como base de um ponto de vista privilegiado a partir do qual certas percepções úteis e críticas sobre o mundo moderno se tornam mais prováveis. Deve ser óbvio que essa perspectiva incomum foi forjada a partir de experiências de subordinação racial. Desejo sugerir que ela representa também uma resposta aos sucessivos deslocamentos, migrações e viagens (forçadas ou não) que passaram a constituir as condições de existência específicas desta cultura negra.³⁸

Deste modo, podemos pensar o período de itinerância desta camada da população negra do Rio Grande do Sul como diáspora. Acreditamos que os dissabores e sofrimentos experimentados por esta população “itinerante” geraram um corpo único de reflexões críticas sobre a modernidade,³⁹ uma antimodernidade, no que tange a concepção da propriedade privada da terra.⁴⁰ Cabe lembrar que, em contornos modernos, ou seja, capitalista, a propriedade é trabalhada e logo depois transformada em mercadoria negociável através do instituto jurídico de compra e venda, diferentemente da relação estabelecida nas sociedades pré-capitalistas.⁴¹ Para o capitalismo surgir, precisou desta mudança da relação com a terra. Para Ellen Wood:

O capitalismo (...) não nasceu na cidade, mas no campo (...). Não precisou de uma simples extensão ou expansão do escambo e da troca, mas de uma transformação completa das relações e práticas humanas mais fundamentais, de um rompimento com antiqüíssimos padrões de interação humana com a natureza. Durante milênios os seres humanos proveram suas necessidades materiais trabalhando a terra.⁴²

Desta forma, a terra passa a ser vista predominantemente como mercadoria, o vínculo que se estabelece é o econômico. O acúmulo da terra, transformada em mercadoria, torna-se um negócio altamente lucrativo para uma minoria, e a exclusão da posse da terra pela maioria. Esta última se vê obrigada, a fim de acessar os meios de subsistência, a vender sua força de trabalho por um salário.⁴³ O que gera relações de poder político e de dominação.

³⁸ GILROY, Paul. *O Atlântico Negro - modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Editora 34/UCAM - Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002. p. 224.

³⁹ GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. Editora 34, São Paulo, 2001.

⁴⁰ O modo de vida dessas comunidades remanescentes de quilombo não se encaixa na visão sugerida de modernidade, que abrange e afeta a todos de modo similar, hegemônico. Os quilombolas possuem um ritmo próprio, particular, revelando, portanto, as fissuras existentes nesta apreensão abrangente do modelo de modernidade. Há nessas comunidades uma duplicidade de localização, elas se situam dentro e ao mesmo tempo fora da modernidade, são inegavelmente constituídas na modernidade, porém se distinguem dela. Este “estar fora” revela uma independência desafiadora que pode ser sentida no que tange a propriedade privada.

⁴¹ WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

⁴² WOOD, 2001, p. 77.

⁴³ WOOD, 2001, p.12.

Por volta de 1960 Erocilda chega às margens do rio Caixões, após ter sido nas suas palavras “surrada” e “tocada” pelo fazendeiro para quem trabalhava. Nas margens deste rio Régis Fiúza, proprietário de terras no entorno, doa uma parcela de sua propriedade para ela, nas palavras dele, “deixar de ser escrava”. Este deixar de ser escrava significava territorializar-se. Ao narrar o momento de sua fixação no território, Erocilda aponta para o fato de antes ter “rodado” muito. São lembranças de um tempo de instabilidade, de chegadas e partidas das fazendas da região, mas que ficaram para trás com a sua territorialização. Ao se fixar no território, estas famílias estabelecem outra forma de pensá-lo sem cercas, uma apropriação espacial em coletividade com a parentela, experimentando um conjunto de práticas culturais, compartilhadas de forma coletiva pelo grupo.

Considerações finais

Plantações de milho, mandioca, amendoim, enfim, a produção doméstica, aprendida ainda na infância em companhia dos pais em suas andarilhagens, é parte indissociável da experiência de vida desses grupos. Assim, adquirir um espaço para o cultivo “e mantê-lo com suas possibilidades de trabalho em família, produção, relativa independência e toda a dimensão de realização pessoal que ela possibilitava foi uma ambição constante”.⁴⁴ A partir dessas experiências, permeadas por tentativas de se fixar ao território, que para alguns se inicia ainda na infância, o grupo cria relações de pertencimento com o lugar a territorializar, criando seu território de subsistência e relações simbólicas.

É da terra que se tira o sustento da família, “pra ter o que comer o cara tem que plantar”.⁴⁵ O trabalho dos itinerantes encontra-se intimamente relacionado a terra. Nesta trajetória errante, as famílias, através do trabalho, construíram ou solidificaram suas relações com a terra. Assim, “o processo de trabalho não reproduz apenas alimentos, ao longo dele também são ‘re-produzidas’ ideias”.⁴⁶ Essas ideias, concepções de mundo sobrepostas na relação com a terra e afloradas no período de itinerância, se evidenciam nos significados que estas famílias imprimem no território atualmente ocupado.

Evidenciamos ainda que o período em que estas famílias permaneciam se deslocando é impreciso, os depoentes não souberam informar precisamente o ano da

⁴⁴ MATTOS; RIOS, 2005, p. 243.

⁴⁵ Trecho da entrevista concedida por Gino dos Santos, em 26 de abril de 2008, a Cristian Jobi Salaini, com presença de Erocilda dos Santos e Querli dos Santos.

⁴⁶ WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. *O trabalho da terra. A lógica e a simbólica da lavoura camponesa*, Brasília, Ed.UNB, 1997. p. 192.

perda do território e quanto tempo permaneceram se deslocando, porém é visível em seus depoimentos que foram incontáveis chegadas e partidas. Outro ponto a salientar, são os laços de família fortalecidos no período de itinerância. Nas entrevistas, não há relatos de famílias desfeitas em função dos constantes deslocamentos. Ao contrário, este período de mobilidade, da busca pelo território, é re-apropriado, tornando-se um elemento agregador para a vida em coletividade, solidariedade étnica, e sentimentos de pertencimento tão necessários para a sobrevivência desta camada da população negra.

Referências

Fontes Pesquisadas

APERS – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Inventários (Fundo Judiciário): foram analisados inventários *post-mortem* referentes a Cruz Alta, que constem doações de terras a escravos e ex-escravos, produzidos entre 1871 e 1890. As referências dos inventários citados no artigo são:

Testamento de Joaquim Roberto Martins e sua esposa Anna Emilia de Quadros, depositado em APERS, Testamentos, Passo Fundo, Provedoria, Maço 2, Auto 57.

Testamento de Ignacio Luiz de Oliveira, depositado em APERS, Testamentos, Cruz Alta, Provedoria, Maço 4, número 122.

AHRS—ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL

Ofício n. 43 de Augusto Pestana, em 14 de fevereiro de 1900. Diretoria de Obras Públicas, Terras e Colonização- Comissão de Verificação de Posses e Discriminação de Terras Públicas- Ijuí, Maço 86, Caixa 42. Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. AHRS

COORDENAÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS DA 11ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Relatório Final (Decreto Nº 4.887/2003 E In/INCRA Nº 20/2005) Comunidade Quilombola Do Rincão Dois Caixões – Jacuízinho/RS*. SALAINI, Cristian Jobi; OLIVEIRA, Vinicius Pereira de; FONTOURA, Luiz.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: Pinsky, Carla (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo, Contexto, 2005, p.155-202.

ALMEIDA, Alfredo W.B. *Terras de Pretos, Terras de Santo e Terras de Índio*. Uso comum e conflito. Revista do NEAD/UFGA, 1989.

ANJOS, José Carlos Gomes dos; et. Al. “As condições de raridade das comunidades quilombolas urbanas”. In: Ivaldo Gehlen; Marta Borba Silva; Simone Ritta dos Santos. (Org.). *Diversidade e Proteção Social: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre: afro-brasileiros; crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas; remanescentes de quilombos*. 1 ed. Porto Alegre: Cenhury, 2008, p. 167-178.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

BARCELLOS, Daisy Macedo de et. al. *Comunidade Negra de Morro Alto*. Historicidade, Identidade e Territorialidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte* (6ª. impressão: 2003). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: FERREIRA, Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 149-164

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. Editora 34, São Paulo, 2001.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro - modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Editora 34/UCAM - Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

GINZBURG, Carlo. *Relações de Força*. História, retórica e prova. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GOMES, F. S.: Quilombos do Rio de Janeiro do Século XIX. In: REIS, J. J. & GOMES, F. S. (Orgs.): *Liberdade Por um Fio. História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

_____. *A Hidra e os Pântanos. Mocambos e Quilombos no Brasil Escravista*. São Paulo: Editora da Unesp/Polis, 2005. 462 p.

MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, jan./jun. 2004, p. 170-198.

MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria L. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NEUMANN, Rosane Marcia. A colonização do Planalto gaúcho por empresas privadas. *Histórica*. Revista on line do arquivo público de São Paulo. São Paulo, ano 2, n. 17, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao17/materia03>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

POLLAK, Michel. 1989. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n 3, p. 3-15.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne; BARTH, Fredrik. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1998.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: Burke, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. Ed. Unesp, São Paulo, 1992.

VANSINA, Jan. *Oral Tradition: a study in historical methodology*. London: Penguin Books, 1965.

XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Área de Publicação CMU/Unicamp, 1996.

WEBER, Regina. Fontes Cruzadas. Núcleo de Pesquisa em História (NPH) UFRGS. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/nph/arquivos/Regina%20Weber%20-%20Fontes%20Cruzadas.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. *O trabalho da terra. A lógica e a simbólica da lavoura camponesa*, Brasília, Ed.UNB, 1997.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

_____. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

"Viver pelo mundo trabalhando pros outros": a trajetória itinerante do Quilombo Rincão dos Caixões

Resumo:

O objetivo deste trabalho será acompanhar a trajetória itinerante dos grupos étnicos que atualmente são considerados *remanescentes de quilombo*, refletindo como essas andarilhagens influenciaram em suas formas de se relacionar com o território. O foco do trabalho será os integrantes do quilombo Rincão dos Caixões, localizado no município de Jacuizinho/RS, cujo passado está marcado por um período de extrema mobilidade, violência e privações se aproximando do que Mattos e Rios (2005) em estudo sobre as trajetórias da última geração de libertos e seus descendentes que viveram no sudeste do Brasil denominaram de *campesinato negro itinerante*. Metodologicamente optamos por fazer um cruzamento de fontes, entendemos que a conjugação de fontes diferenciadas pode ajudar na emergência da trajetória itinerante deste grupo. Os usos das narrativas aliadas a inventários *post-mortem* aclaram não só aspectos de sua trajetória, mas também evidenciam a antiguidade da presença negra na região por eles percorrida.

Palavras-chave:

Remanescentes de Quilombo. Campesinato negro. Itinerância

"Living in the world working for others": the itinerant trajectory of the Quilombo Rincão dos Caixões

Abstract:

The objective of this text is to follow the itinerant trajectory of ethnical groups which are currently considered remnant of Quilombo, reflecting how these paths have influenced the arts of relating with the territory. The focus of this text are the members of the quilombo Rincão dos Caixões, located on the city of Jacuizinho/RS, whose past is characterized by a period of extreme mobility, violence and privations, closing to what Mattos and Rios, during a study on the trajectories of the last generation of freedmen and their descendents who lived in Southeast Brasil, called itinerant black peasantry. Methodologically we opted for a cross of sources. We believe that the combination of different sources can help in the emergence of itinerant trajectory of this group. The uses of storytelling combined with post-mortem inventories clarified not only aspects of their trajectory, but also showed the antiquity of the black presence in the region covered by them.

Keywords:

Remnant of Quilombo. Black peasantry. Roaming.